

Alfabetização: entre o método tradicional e o construtivismo¹

*Paulo Henrique Santos Oliveira²
Valter Forastieri Cova³*

Resumo: O fracasso escolar na alfabetização ainda é um problema da Educação Básica do Brasil. Nesse contexto, o fracasso sempre esteve ligado aos métodos empregados durante o processo inicial de alfabetização, polarizando o tema entre o método fônico e o construtivismo. Logo, dúvidas em relação às quais métodos e estratégias são mais adequados para alfabetização de crianças nas escolas surge entre pais e professores. Pensando nessa problemática, o objetivo desse estudo é identificar as estratégias e os métodos mais adequados para alfabetização de crianças nas escolas, abordando o tema Alfabetização: entre o método tradicional e o construtivismo. Propõe-se, assim, apresentar as diferenças entre os métodos sintéticos e analíticos, elucidando o trabalho da consciência fonológica na Base Nacional Comum Nacional (BNCC), trazendo a ideia é voltar a priorizar o aprendizado da leitura de palavras, mas sem o uso das antigas cartilhas e posteriormente, demonstrar as contribuições do construtivismo com a psicogênese da língua escrita de Emília Ferreiro no processo de alfabetização. Valendo-se de levantamento bibliográfico de cunho exploratório e de natureza qualitativa.

Palavras-chave: Alfabetização. Métodos tradicionais, consciência fonológica, construtivismo.

Introdução

A discussão entre os métodos de alfabetização tem atravessado décadas. Travando no campo da educação uma disputa acirrada quanto ao caminho a seguir na hora de ensinar a ler e a escrever. Essa discussão tem se

¹ Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia pela graduação presencial do Centro Universitário Jorge Amado (UNIJORGE)

² Licenciando em Pedagogia no semestre 2020.2

³ Doutorando e Mestre em Ensino, Filosofia e História da Ciência pela UFBA, professor em tempo integral da UNIJORGE.

polarizado entre os métodos tradicionais e o construtivismo, apresentado controvérsias e profundas polêmicas ao longo do tempo entre cientistas, educadores e formuladores de políticas públicas de alfabetização. Um exemplo dessa polemica no tocante as políticas públicas, no cenário atual, tem sido a proposta do Ministério da Educação (MEC) em recomendar o método fônico como diretriz para ensino e aprendizagem inicial da língua escrita para todas as escolas brasileiras acalorando assim o debate entre os adeptos do paradigma construtivista e daqueles que defendem o método fônico.

Diante disso, o presente artigo investiga a seguinte questão: *Quais métodos e estratégias são mais adequados para alfabetização de crianças nas escolas?* Assim, refletir sobre essa problemática é pertinente, pois o fracasso no ensino das primeiras letras prejudica todo processo de aprendizagem do aluno. Digo isso por experiência própria, visto que, péssima experiência obteve na infância durante o processo de alfabetização a qual deixaram traumas que carrego até hoje. A importância do tema se válida também pela Base Nacional Comum Curricular – BNCC, propor a combinação de duas linhas de ensino, uma para a centralidade do texto como para o trabalho com as práticas sociais de leitura e escrita e para o planejamento de atividades que possibilitam aos alunos refletirem sobre o sistema de escrita alfabética. Portanto o professor alfabetizador precisa ter conhecimento dos métodos em questão, para que possa separar o que está ultrapassado do que realmente funciona, possibilitando escolher as práticas mais eficientes para cada aluno e para cada ocasião.

Logo, esse trabalho tem como finalidade identificar as estratégias e os métodos mais adequados para alfabetização de crianças nas escolas, objetivando diferenciar os métodos analíticos dos métodos sintéticos, apontar para o trabalho da consciência fonológica na BNCC e destacar as contribuições da perspectiva construtivista, com a psicogênese da língua escrita de Emília Ferreiro, para alfabetização. Para realização desse trabalho nos valem de uma pesquisa qualitativa, metodológica na modalidade pesquisa bibliográfica por meio de leituras e análises em livros e artigos de teóricos como, Magda Soares, Emília Ferreiro, dentre outros.

Esse trabalho está dividido em quatro seções. Na primeira seção, analisamos a diferença entre os métodos sintéticos e os métodos analíticos,

onde conceituamos e salientamos as diferenças de cada método tradicional. Na segunda parte, buscamos apontar como a BNCC trabalha com a consciência fonológica e as contribuições que a abordagem construtivista trouxe para alfabetização com a psicogênese da língua escrita de Emília Ferreiro. Por fim, na última seção procuramos analisar algumas práticas educativas que são capazes de tornar o ensino da alfabetização mais efetivo e dinâmico.

1. Diferenças dos Métodos Sintéticos e dos Métodos Analíticos

Ao analisar a história dos métodos de alfabetização, observamos que o fracasso no ensino inicial da leitura e da escrita esteve ligado desde as últimas décadas do século XIX, à questão dos métodos. Essa ligação resultou em um movimento de alternância metodológica no ensino da alfabetização, como afirma Soares.

Até os anos 1980, via-se nos métodos a solução para o fracasso na alfabetização, nesse período sempre concentrado na classe ou séries iniciais do ensino fundamental, traduzindo-se em altos índices de reprovação, repetência, evasão. Como o fracasso persistia a despeito do método em uso, a cada momento um novo método era tentado, e assim o pêndulo oscilava. (2017:23)

Tal alternância até os anos de 1980 girou em torno de dois principais métodos: os métodos sintéticos e os métodos analíticos, pois as preocupações dos educadores geralmente recaíam na busca do melhor ou o mais eficaz método até o surgimento do construtivismo no meado dos anos 1980.

Os métodos sintéticos, cujo pressuposto, parte do princípio da síntese, segundo qual orientam que, a aprendizagem da língua escrita se inicie dos elementos menores da língua, para as unidades maiores, onde:

[...] insiste, fundamentalmente, na correspondência entre o oral e o escrito, entre o som e a grafia. Outro ponto chave para esse método é estabelecer a correspondência a partir dos elementos mínimos, num processo que consiste em ir das partes ao todo. (FERREIRO, TEBEROSKY, 1999, p.21)

Dessa maneira, os métodos sintéticos proporcionam primeiro o contato com as unidades gráficas ou sonoras e depois com o texto em si. Em síntese o

método sintético se fundamenta na correspondência entre o oral e o escrito, entre o som e a grafia, onde o elemento mínimo da escrita é a letra.

Carvalho (2015, p.22) também aponta outro aspecto característico do método sintético:

Método característico de um tempo em que a maior parte da população era analfabeta e eram poucas as exigências sociais em termos de leitura, a soletração não buscava dirigir a atenção do aprendiz para os significados do texto, muito menos formar leitores, pois só trabalhava com palavras soltas.

Sendo assim, nesse método, as palavras são trabalhadas fora do contexto, valendo de recursos didáticos de estímulos visuais e auditivos favorecendo apenas a memorização, uma vez que as sílabas são aprendidas de forma isoladas e de cor.

Os métodos sintéticos podem ser divididos em três tipos: Alfabético ou soletração, método fônico e método silábico. O método de soletração é o mais antigo que se tem registro, sua aprendizagem é centrada na grafia, desconsiderando as relações fonema-grafema, oralidade-escrita, ou seja, primeiro se aprende os nomes das letras para depois combinar vogais e consoantes formando sílabas para só depois chegar às palavras com apoio nas conhecidas cartas de ABC. Devido à influência da linguística se desenvolve o método fônico, rompendo assim com o método anterior, dando prioridade para o valor sonoro das letras e sílabas. O método silábico é aquele que considera a sílaba a unidade linguística fundamental, uma vez que, na prática só se pode pronunciar a consoante juntamente com a vogal, assim, o ensino da língua escrita, nessa abordagem, deve começar pelas sílabas formadas por uma consoante e uma vogal até chegar aos elementos mais complexas como, palavras, frases e textos.

No momento em começou a considerar a realidade psicológica da criança e a necessidade de tornar a aprendizagem mais significativa, surgem os métodos analíticos. Rompendo com o método sintético começou a iniciar a alfabetização por unidades amplas como textos, frases para depois chegar a letras e som, sem desconsiderar o texto original e seu significado. O grupo que compõe os métodos analíticos é: método da palavração, onde o processo de aprendizagem da alfabetização começa pelas palavras, sem precisar decompô-la em sílabas, letras ou fonemas; método de

sentencição, o aprendizado nesse método se inicia por frases inteiras, onde primeiro reconhece e compreende o sentido de uma sentença para depois analisar as partes menores; o método global que apresenta primeiro texto, trabalhando por algum tempo para o aluno entender o sentido geral do que está sendo apresentado para em seguida analisar as sentenças e identificar as palavras comparando as composições silábicas. Portanto diferente do método sintético os métodos analíticos não focam no uso das letras, mas na maneira de analisar o sistema de escrita, partindo do todo para as partes.

2. O Trabalho da Consciência Fonológica na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Freitas (ano da consulta, 2020) afirma que “para aprender a ler e escrever, o indivíduo necessita entender a relação estabelecida entre fala e escrita e conhecer o sistema de regras da escrita”. Compartilhando dessa mesma perspectiva, Ferreiro e Teberosky (1987:213) confirmam que, o alfabetizando chega à escrita alfabética quando “compreendeu que cada um dos caracteres da escrita [letras] corresponde a valores sonoros menores que a sílaba, e realiza sistematicamente um análise sonora dos fonemas das palavras que vai escrever”. Desta forma observamos a importância de as crianças voltarem à atenção para os sons das palavras com o desenvolvimento da consciência fonológica como um dos passos para o início do processo de alfabetização.

Soares (2017) afirma que para tornar-se um leitor e um produtor de texto competente o aluno precisa desenvolver a consciência metalinguística, a qual pode ser compreendida:

Não apenas como a capacidade de ouvir a língua, analisar seus “sons” e relacioná-las com marcas gráficas, mas como a capacidade de refletir sobre texto escrito, sua estrutura e organização, suas características sintática e contextual. (SOARES, 2017.)

Logo a consciência metalinguística pode ser sintetizada como a capacidade de refletir sobre a linguagem de forma consciente, manifestando seu pensamento através da linguagem.

A consciência fonológica sendo parte de um dos componentes da consciência metalinguística torna-se um elemento essencial para o processo de alfabetização. Pois, para aprender a ler e escreve como as autoras citada

asseguram é preciso ter consciência dos sons da fala e desenvolver a habilidade de ouvir, identificar e manipular os sons das palavras faladas. Para tal requer que o aprendiz desenvolva a consciência fonológica, possibilitando que focalize os sons das palavras, dissociando-as de seu significado, Conforme Vygotsky (1996) pontua que a linguagem escrita exige um trabalho consciente, no qual a criança deve desvincular-se do concreto, conduzindo assim para o princípio alfabético. Que segundo Freitas (ano da consulta, 2020) é um dos obstáculos para maioria das crianças:

Um importante obstáculo para a maioria das crianças é compreender o **princípio alfabético**: palavras escritas contêm combinações de unidades visuais (letras ou combinações de letras) que são sistematicamente relacionadas às unidades sonoras das palavras (fonemas).

Assim, para dominar o código alfabético é preciso realizar a reflexão sobre os sons da fala e sua representação na escrita, concluindo dessa forma que a aquisição da escrita estar diretamente vinculada à consciência fonológica e a descoberta do princípio alfabético.

Quando falamos de consciência fonológica no processo de alfabetização é fundamental distinguir os diferentes níveis da consciência fonológica. Pois a consciência fonológica não se limita a um só nível. Os níveis da consciência fonológica são fundamentais para aprendizagem do sistema alfabético de escrita como afirma Soares (2017).

O primeiro nível é o da consciência de rimas e aliterações, que possibilita a identificação de palavras que compartilham um mesmo grupo de sons no início ou no final das palavras. A rima está presente em músicas, brincadeiras e histórias infantis tornando parte da vida das crianças desde cedo, fazendo dela um nível de conhecimento elementar.

Exemplo de identificação de rimas:

- Que palavra rima com 'dragão'? (rato / sabão / café)

Exemplo de identificação de aliteração:

- Que palavra começa como 'trator'? (prato / fada / trigo)

O nível seguinte é chamado consciência de sílabas que permite o reconhecimento das sílabas das palavras. Sendo o primeiro caminho da segmentação sonora. Já o terceiro nível é a consciência fonêmica onde permitir identificação de que as palavras são compostas por fonemas. Tais

níveis estão relacionados às diferentes maneiras através das quais as palavras e sílabas podem ser divididas em unidades sonoras menores.

Dito isso, é pertinente observarmos como as políticas públicas educacionais, em especial a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) trabalha e compreende a consciência fonológica no processo de alfabetização. Prevista na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Base (LDB) a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) define o conjunto de aprendizados essenciais que os alunos têm direito de aprender na educação básica como orienta as instituições de ensino na elaboração dos currículos nas políticas educacionais e nas propostas pedagógicas. Diferente dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) que adotaram uma perspectiva construtivista, a BNCC por sua vez não aponta direcionamentos sobre as abordagens que devem ser adotadas. Porém, ao reconhecer a especificidade da alfabetização propõe a combinação de duas linhas de ensino: uma que reconhece a importância da centralidade do texto e das práticas sociais de leitura e escrita e outra para o planejamento de atividades sistemáticas visando à aprendizagem do sistema de escrita alfabética. Mesclando em uma perspectiva construtivista e na aprendizagem da consciência fonológica no processo inicial de alfabetização.

Ao tratar do processo de alfabetização, a BNCC, afirma que:

Nesse processo, é preciso que os estudantes conheçam o alfabeto e a mecânica da escrita/leitura – processos que visam a que alguém (se) torne alfabetizado, ou seja, consiga “codificar e decodificar” os sons da língua (fonemas) em material gráfico (grafemas ou letras), o que envolve o desenvolvimento de uma consciência fonológica (dos fonemas do português do Brasil e de sua organização em segmentos sonoros maiores como sílabas e palavras) e o conhecimento do alfabeto do português do Brasil em seus vários formatos (letras imprensa e cursiva, maiúsculas e minúsculas), além do estabelecimento de relações grafofônicas entre esses dois sistemas de materialização da língua. (BRASIL, 2017, p. 87-88).

Podemos observar que a ideia de alfabetização proposta pela BNCC alinha-se ao aprendizado de técnicas de codificação e de decodificação. No entanto, isso não significa que o professor deva ou tenha que tratar as atividades de alfabetização de forma mecânica desvinculada do trabalho com as práticas de leitura e produção textual de diversos gêneros.

Muito do método fônico pode ser encontrado nas competências e habilidades previstas na base. Devido a isso, muitas críticas e resistências foram feitas por especialistas durante a sua elaboração, porém o entendimento

que prevaleceu foi que as crianças aprendem de diferentes maneiras e esta pode ser uma opção para a parcela que não tem sido alfabetizada pelas propostas das diretrizes anteriores.

Apesar de a base atribuir a etapa de alfabetização aos anos iniciais do Ensino Fundamental, alguns princípios e antecedentes do período alfabetizador estão presentes na fase da Educação Infantil. Nessa fase, a BNCC aponta para importância de explorar o falar e o ouvir, por meio de situações e exercícios interativos e lúdicos, como coloca a Base:

Na Educação Infantil, é importante promover experiências nas quais as crianças possam falar e ouvir, potencializando sua participação na cultura oral, pois é na escuta de histórias, na participação em conversas, nas descrições, nas narrativas elaboradas individualmente ou em grupo e nas implicações com as múltiplas linguagens que a criança se constitui ativamente como sujeito singular e pertencente a um grupo social. (BRASIL, 2017, p.).

Nesse campo de experiência: “escuta, fala, pensamento e imaginação” a interação de crianças com seus pares e com adultos por meio da fala é essencial para a aprendizagem. Por isso o quarto campo de experiência da BNCC valoriza a comunicação como potencializadora do desenvolvimento infantil.

Dessa forma a sugestão pedagógica para esse período educacional e propor atividades para serem desenvolvidas em momentos de brincadeiras em sala de aula, de leitura de livros infantis, de atividades que envolvam música, textos, poesias, proporcionando a reflexão sobre os sons e a manipulação dessas unidades, chamando a atenção da criança para os sons das palavras. Deixando de lado prática utilizada anteriormente a qual recorriam a textos sem sentidos, presentes nas cartilhas e em atividades mecânicas de memorização. Portanto a estimulação do trabalho com os sons e sua relação com a escrita não é um retorno a métodos ultrapassados, mas um apoio para um caminho construtivo de aquisição da escrita. Uma vez que a consciência fonológica pode ser um componente essencial para o início da alfabetização.

3. As Contribuições do Construtivismo para o Processo de Alfabetização.

Devido a alguns equívocos que se tem cometido no uso do termo construtivismo, tornando-o confuso e obscuro, faz necessário primeiro tentamos busca a definição do termo antes de citamos algumas contribuições consideráveis da concepção construtivista.

Etimologicamente o termo construtivismo tem origem no verbo construir que significa organizar, dar estrutura, para Castanã (2005) esse significado está necessariamente ligado a uma inteligência que organiza e da estrutura a algo. Logo o termo foi introduzido no campo da psicologia pelo o psicólogo suíço, Jean Piaget, que por sua vez em sua teoria propõe explicar o desenvolvimento mental do ser humano e que esse desenvolvimento cognitivo se realiza em estágios. Para o construtivismo de Piaget o sujeito constrói suas próprias representações de mundo, procurando compreender ativamente o mundo que o rodeia (Ferreiro e Teberosky, 1999).

Na área da alfabetização, aqui no Brasil, o construtivismo se difundiu pela obra de Emília Ferreiro que no contexto brasileiro recebeu o nome de psicogênese da língua escrita, onde:

[...] a prevalência da aprendizagem sobre o ensino, deslocando o foco do professor para o aprendiz; esclarece que o processo de aprendizagem da língua pela criança se dá por uma construção progressiva do princípio alfabético, do conceito de língua escrita como um sistema de representação dos sons da fala por sinais gráficos; propõe que se proporcione à oportunidade para que construa esse princípio e esse conceito por meio de interação com material reais de leitura e de escrita – textos de diferentes gêneros e em diferentes portadores: textos “para ler” e não textos artificialmente elaborados “para aprender ler”, apagando-se, assim, a distinção, que métodos sintéticos e analíticos assumem, entre a aprendizagem do sistema de escrita e práticas de leitura e de escrita. (Soares, 2017, p.21, apud Ferreiro e Teberosky, 1986; Ferreiro, 1985).

Nessa perspectiva as crianças exercem um papel ativo no processo de alfabetização, onde o foco é transferido da ação docente para uma prática pedagógica de estímulos. Essa abordagem foi um marco para alfabetização como destacar o Referencial Curricular Municipal para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental de Salvador (2015, p.26):

As pesquisas realizadas por Emília Ferreiro inauguraram uma nova concepção do ensino da língua, demonstrando que os alunos, antes mesmo de chegar à escola, já reúnem conhecimentos sobre a leitura e a escrita e podem pensar sobre os problemas da língua quando a eles fosse dada a oportunidade. Uma revolução se aproximava. A

divisão do mundo feita pela escola começou a ser questionada e as ideias vigentes passaram a ser discutidas.

O referencial fundamenta-se na pesquisa de Ferreiro e Teberosky quando acentua que a aprendizagem da leitura e da escrita se inicia muito antes do que a escola o imagina, uma vez que, as crianças estão em contato com a escrita desde cedo.

Logo, uma das contribuições do construtivismo foi colocar o aluno como ponto de partida da aprendizagem do sistema de escrita. Onde o aluno passou a ser visto como participante ativo da aprendizagem e todas as práticas do professor passaram a ser orientadas através dessa perspectiva. Outra contribuição são os conhecimentos sobre o desenvolvimento cognitivo da criança, mostrando os processos pelos quais as crianças passam para se apropriar da escrita. Pois, na tentativa de entenderem como se estrutura e como funciona a língua escrita, as crianças vão construindo hipóteses, essas hipóteses apontam para um percurso de aprendizagem que ocorre gradualmente em uma série de etapas com características específicas.

O trabalho de Emília Ferreiro e Ana Teberosky apresenta uma psicogênese das etapas que as crianças percorrem para chegarem à aquisição da escrita, que são classificadas nas seguintes hipóteses: hipótese pré-silábica, hipótese silábica, hipótese silábico-alfabética e hipótese alfabética.

Na hipótese pré-silábica a criança apresenta avanços conceituais que vão das garatujas a pseudolettras. Nesse primeiro momento as crianças não compreendem que as palavras representam os sons, por isso representa as letras por meio do desenho. Ao prosseguir nesse processo, chegam à fase que entendem que escrever não é a mesma coisa que desenhar, pois já conseguem distinguir entre desenho, letras e números. Dos desenhos começam a produzir os rabiscos, letras misturadas com números dando origem as pseudolettras e as garatujas. Destaca-se também nessa hipótese o realismo nominal, onde a criança associa o tamanho do objeto ao tamanho da palavra.

Dessa forma a criança pensa que a palavra elefante é maior que formiga, porque representa um animal maior e mais pesado. Quando a criança supera o realismo nominal e chega à percepção de que há estabilidade nas palavras, avançando para a próxima hipótese.

Na hipótese silábica inicia a segmentação das palavras e os sons das letras, nessa fase cada sílaba é representada por uma letra ou uma grafia. Escreve-se uma letra para cada sílaba: signos, vogais, consoantes, vogais e/ou consoantes. Ferreiro e Teberosky (1999) afirmam que esse é o período de maior importância evolutiva, pois a criança avança qualitativamente com respeito aos níveis precedentes. Essa fase pode ser dividida em duas fases, a fase silábica sem valor sonoro, onde a criança usa uma letra para representa uma silaba, mas essa letra não possui relação com o som das palavras e a fase silábica com valor sonoro, onde escreve para cada silaba uma letra que representa o fonema da silaba. Na hipótese silábico-alfabética, cada sílaba pode ter mais de uma letra, mas não se põem todas (iniciais, finais, letras mais conhecidas, etc.) quando se descobre que uma sílaba pode ser escrita com a vogal ou com consoante, acaba-se por escrever ambas (ora escreve-se silabicamente, ora alfabeticamente).

Por fim, a última hipótese a alfabética constitui o final dessa evolução. Nessa fase a criança já compreendeu o sistema convencional da escrita e que cada caractere da escrita corresponde a valores sonoros menores que a sílabas e realiza uma análise sonora dos fonemas das palavras que vai escrever. No entanto, novas dificuldades surgem como problemas de segmentação, ortografia, maiúsculas, minúsculas, acentuação, etc., todavia não terá problemas de escrita no sentido restrito.

Logo a sistematização e a compreensão de cada uma das hipóteses é importância para o trabalho de alfabetizadores, mas vale destacar aqui que todo esse processo de aprendizagem não é uniforme; ao contrário, trata-se de um percurso dinâmico em que é possível, por exemplo, que uma criança “pule” uma das etapas, ou que transite por mais de uma etapa ao mesmo tempo. Exigindo do alfabetizador, muita sensibilidade para orientar cada aluno de acordo com suas especificidades e necessidades.

Considerações finais

Em busca de respostas para o questionamento “quais métodos e estratégias são mais adequados para alfabetização de crianças nas escolas”?

Deparamo-nos com as duas principais abordagens metodológicas utilizadas no processo de alfabetização pelos professores nas escolas.

Ao iniciamos as pesquisas, fomos direcionados a analisar os métodos de alfabetização denominados tradicionais, a fim de compreendê-los e entender suas abordagens e teorias estruturantes. Observamos que o problema da alfabetização sempre esteve voltado para a questão dos métodos e conseqüentemente sua solução estava em encontrar o melhor método de alfabetização. Os estudos feitos através das pesquisas bibliográficas demonstraram a importância do desenvolvimento psicogenético e da consciência fonológica no processo de alfabetização.

Logo, percebemos que o ensino da língua escrita não permite a utilização de apenas um único método, mas o ensino do processo de alfabetização se realiza com métodos, pois durante todo processo de aprendizagem deve considera o ritmo de cada aluno como suas especificidades. Dessa forma, fazer um balanço de tudo o que já foi feito e investir nos acertos e eliminar erros que ainda estão sendo cometidos e de extrema importância para se ter um processo de alfabetização eficiente. Convém deixar registrado para efeito de futuras pesquisas, fazer uma abordagem das estratégias e atividades pedagógicas que se devem trabalhar nas escolas para um melhor ensino do processo de alfabetização.

Referências

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular:** Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017. BRASIL.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, **LDB.** 9394/1996. BRASIL.

CASTAÑON, G. A. (1). **Construtivismo e ciências humanas. Ciências & Cognição,** 5. Recuperado de <http://www.cienciasecognicao.org/revista/index.php/cec/article/view/523>.

FREITAS, Gabriela C. Menezes de. **Oficina de alfabetização – Alfabetização: afinal... O que é que está acontecendo?.**

FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita.** Porto Alegre: Artmed, 1999.

Secretaria Municipal da Educação. **Referencial curricular municipal para os anos iniciais do ensino fundamental de Salvador.** Secretaria Municipal da Educação, 2015.

SOARES, Magda. **Alfabetização: a questão dos métodos**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

VYGOTSKY, Lev Semenovicth. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.